

Sustentabilidade Ambiental



**RECURSOS
DA DEFESA**

Direção-Geral de Recursos
da Defesa Nacional



Relatório 2020 - 2023

Índice

Mensagem do Diretor-Geral de Recursos da Defesa Nacional	3
Nota introdutória	4
Compromisso com a Sustentabilidade	5
Visão e pilares ambientais	6
Abordagem Estratégica	7
Desempenho Ambiental 2020-2023	9
Análise do desempenho	13
Projetos futuros	18
Desafios sentidos na implementação do Plano de Ação	20
Conclusões	21

Mensagem do Diretor-Geral de Recursos da Defesa Nacional

Após quatro anos de implementação do Plano de Ação que acompanha a Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional (DADN), muito tem sido o esforço desenvolvido pela Defesa no sentido de dar cumprimento aos objetivos a que se propôs.

Foram quatro anos de muitos projetos, alguns finalizados, outros apenas sonhados, de diversos contactos estabelecidos com possíveis parceiros, nomeadamente centros de investigação e universidades, e de várias lições aprendidas. Cada ano de implementação do Plano de Ação revelou os nossos pontos fortes e quais as áreas em que são necessários ajustes ou um esforço adicional.

Neste período existiram diversas condicionantes e alterações no cenário mundial. A pandemia COVID obrigou a abrandar o ritmo de atuação, tornando algumas das medidas previstas obsoletas e a urgência cada vez mais premente de dar resposta ao desafio das alterações climáticas enfatizou a necessidade de rever e atualizar os objetivos referentes à área do ambiente e desenvolver a área de energia e clima, com especial enfoque na vertente operacional e na adaptação e resiliência das capacidades militares e infraestruturas, não esquecendo a

cooperação na vertente nacional e internacional, educação e sensibilização dos recursos humanos. Desta necessidade surge a Estratégia da Defesa Nacional para o Ambiente, Segurança e Alterações Climáticas, que revoga a Diretiva Ambiental.

Importa neste fecho do ciclo relevar todo o trabalho desenvolvido no âmbito da DADN pelas entidades da Defesa coordenado e acompanhado pela Direção-Geral, e agradecer a contínua aposta na melhoria ambiental e no desenvolvimento sustentável.

Vasco Hilário
Diretor-Geral



DEFESA E AMBIENTE

A CAMINHO DA SUSTENTABILIDADE

Nota introdutória

O presente relatório (2023) - **Sustentabilidade Ambiental na Defesa** - apresenta os resultados alcançados durante os anos de implementação do Plano de Ação da Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional, e na prossecução dos objetivos definidos e aprovados no início do ano de 2020.

Ao longo dos quatro anos de vigência do referido Plano de Ação foi possível demonstrar as ações desenvolvidas para a melhoria da pegada ambiental da Defesa e o seu impacte, os constrangimentos sentidos e quais as oportunidades de melhoria a ter em conta no futuro, de forma a ser possível contribuir mais e melhor para um mundo sustentável.

Importa referir, no ano em que se encerra o ciclo do Plano de Ação, que a concretização dos objetivos não cumpriu a calendarização prevista, muito devido à situação pandémica que assolou o mundo no início de 2020 até final de 2021, o que causou grandes constrangimentos ao nível da implementação de projetos ambientais na Defesa, por força das restrições vividas durante a gestão da pandemia e por as Forças Armadas terem alocado muitos dos seus esforços no combate à mesma.

Contudo, a Defesa conseguiu adaptar-se às condicionantes, mostrar a sua resiliência e continuar a implementar ações promotoras da sustentabilidade, que se constituiu como um dos grandes objetivos da Diretiva Ambiental.





Compromisso com a Sustentabilidade

A Defesa, como parte integrante do Estado, assume o seu papel como exemplo a seguir perante a sociedade e os seus parceiros.

Os compromissos ambientais que Portugal assinou, assim como as metas a que se propôs atingir, constituem também o comprometimento da Defesa.

Face ao agravamento da situação ambiental que se verificou na década 2010-2020 e à urgência cada vez mais imediata de mudar padrões e comportamentos, a Defesa tomou a iniciativa de abraçar o novo desafio ambiental, tendo atualizado a sua anterior Diretiva Ambiental, aprovada e divulgada em 2011. A Diretiva (2020) que a sucedeu surgiu mais exigente e abrangente, incorporando as Alterações Climáticas e ações para a mitigação dos seus efeitos e reforçando a necessidade de uma maior abertura e interação com a sociedade civil, academia e indústria.

Numa altura em que somos constantemente confrontados com o agravamento das consequências das alterações climáticas e com a emanação de diversas orientações estratégicas ao nível da segurança e defesa, urge planear e mitigar os impactes das ações da Defesa, adaptando as Forças Armadas a condições cada vez mais extremas.



Visão e pilares ambientais

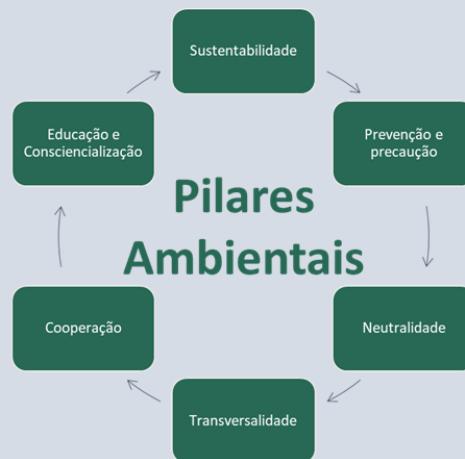
«Uma Defesa Nacional empenhada num amanhã sustentável e preparada para os desafios futuros»

Com o objetivo de cumprir as metas ambientais comunitárias e nacionais definidas, de contribuir para a prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), de reduzir a pegada ambiental e ainda preparar e adaptar a Defesa para os desafios vindouros, a visão da Defesa traduziu-se em “Uma Defesa Nacional empenhada num amanhã sustentável e preparada para os desafios futuros”.

A sua política ambiental interna foi estabelecida de acordo com os seguintes pilares ambientais:

- **Sustentabilidade** – Preservar a biodiversidade e os ecossistemas naturais e reduzir a pegada ecológica, satisfazendo as necessidades do presente sem comprometer as das gerações futuras;
- **Prevenção e precaução** – Adotar medidas antecipatórias com o objetivo de obviar ou minorar os impactes adversos no ambiente;
- **Neutralidade** – Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, privilegiar o recurso à energia com origem em fontes renováveis, otimizar a sua utilização e compensar as emissões remanescentes;

- **Transversalidade** – Assumir a política de ambiente da Defesa Nacional transversalmente em todas as atividades e organismos no âmbito do Ministério da Defesa Nacional, integrando as exigências de proteção do ambiente na sua conduta;
- **Cooperação** – Procurar soluções concertadas com outros países e organizações nacionais e internacionais, no sentido da promoção do ambiente e do desenvolvimento sustentável;
- **Educação/Consciencialização** – Criar políticas para a tomada de consciência ambiental, dotação de competências e maior envolvimento dos recursos humanos.





Abordagem Estratégica

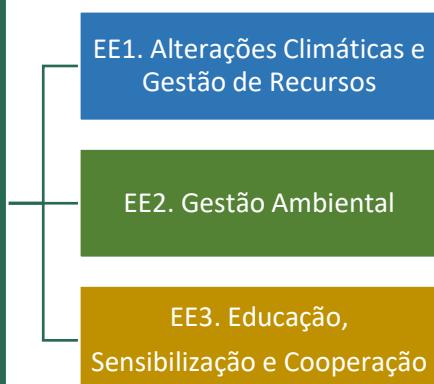
Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional

A Diretiva Ambiental, aprovada pelo despacho 149/2020, de 7 de janeiro, definiu linhas de orientação, prioridades e objetivos para a Defesa e representa um compromisso comum às entidades da Defesa, que partilham responsabilidades na sua aplicação e concretização.

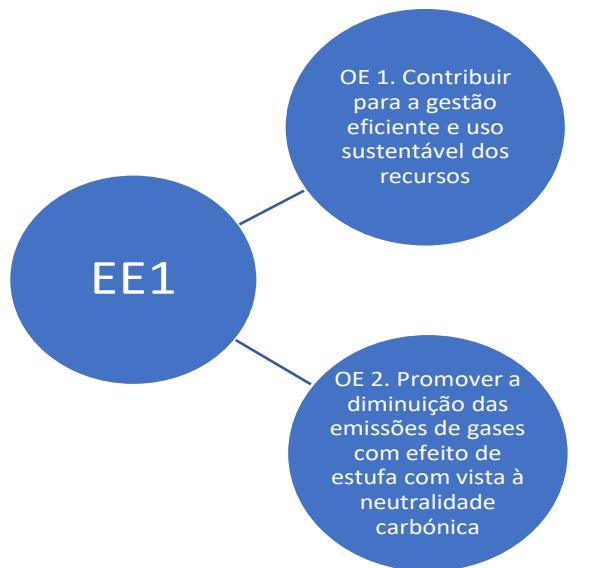
Assentou em **três eixos estratégicos (EE)**: **Alterações Climáticas e Gestão de Recursos**, focando a gestão eficiente e uso sustentável dos recursos e a neutralidade carbónica, assim como a necessidade de adaptação às Alterações Climáticas; **Gestão Ambiental** onde se pretendeu potenciar um melhor desempenho ambiental das unidades afetas à Defesa Nacional; e **Educação, Sensibilização e Cooperação** que pretendeu desenvolver uma cultura ambiental para a sustentabilidade.

De modo a operacionalizar a Diretiva, foi elaborado e aprovado o **Plano de Ação**, complementar à mesma. Este Plano decorreu dos eixos e objetivos estratégicos definidos na Diretiva e tinha por base os objetivos operacionais da mesma.

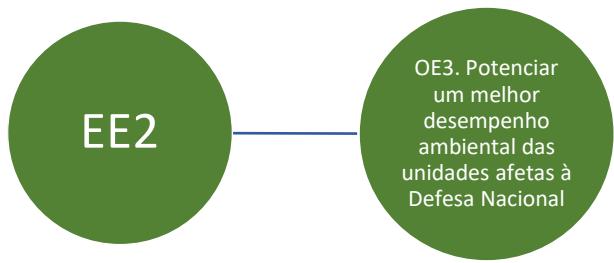
O Plano de Ação foi então composto por diversas medidas, passíveis de serem implementadas nas diferentes entidades da Defesa.



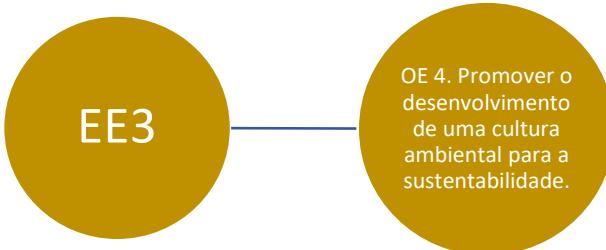
Dos três eixos estratégicos, decorreram **quatro objetivos estratégicos (OE)** e **treze objetivos operacionais (OP)**, que deram origem às **55 medidas** patentes no Plano de Ação.



- **OP 1.** Promover a monitorização e a redução de consumos.
- **OP 2.** Melhorar a qualidade da água e promover a sua reutilização.
- **OP 3.** Adquirir produtos e desenvolver processos com menor utilização de recursos, enquadrados nos princípios da economia circular.



- **OP 6.** Promover a implementação e manutenção de sistemas de gestão e certificação ambiental.
- **OP 7.** Potenciar a integração de critérios ambientais nas fases de planeamento e execução dos processos de contratação pública, incluindo os respeitantes equipamentos e infraestruturas.
- **OP 8.** Prevenir e reduzir os impactes adversos decorrentes da produção e gestão de resíduos, nomeadamente adotando a política dos 5Rs.
- **OP 9.** Contribuir para a preservação e proteção das espécies e dos habitats, de modo a garantir a conservação da natureza e da biodiversidade.
- **OP 10.** Prevenir e minimizar as formas de poluição, evitando o uso de substâncias ou equipamentos prejudiciais ao ambiente, salvaguardando o meio marinho, solos e qualidade do ar.



- **OP 11.** Colaborar com outras estruturas, entidades públicas e privadas a nível nacional e internacional para a valorização do ambiente.
- **OP 12.** Fomentar o conhecimento e competências sobre as temáticas de ambiente, incluindo as possibilidades externas de financiamento de projetos neste domínio.
- **OP 13.** Dinamizar a abertura à comunidade científica, ao setor industrial nacional e cooperar com centros de investigação.



Desempenho Ambiental 2020-2023

O Plano de Ação apresenta 55 medidas decorrentes dos 3 eixos estratégicos e respetivos objetivos para o período de 2020-2023. Para cada um dos eixos concorrem as medidas estabelecidas (55), para as quais foram definidas metas, de acordo com as expectativas de concretização da Defesa à data da elaboração do Plano de Ação.

Os gráficos seguintes apresentam os resultados obtidos durante o ciclo de implementação do Plano de Ação (2020-2023), sendo os mesmos cumulativos, independentemente da sua calendarização inicial.

No gráfico seguinte, para cada um dos eixos, encontra-se representada a percentagem de medidas concluídas (cor mais clara) e de trabalho desenvolvido (cor mais escura). O trabalho desenvolvido em cada eixo refere-se aos resultados alcançados através da implementação das medidas desse mesmo eixo. As percentagens de trabalho desenvolvido apresentam valores elevados, dada a concretização de algumas medidas acima das metas inicialmente estabelecidas (note-se que nenhum dos eixos atingiu 100% de medidas concretizadas). Este facto revelou que durante o processo de definição de metas ocorreu uma subvalorização do que seria expectável atingir (em termos de indicador) com a concretização das medidas, o que pode ser explicado pela ausência de histórico que pudesse servir de referência para a “calibração adequada” das metas.

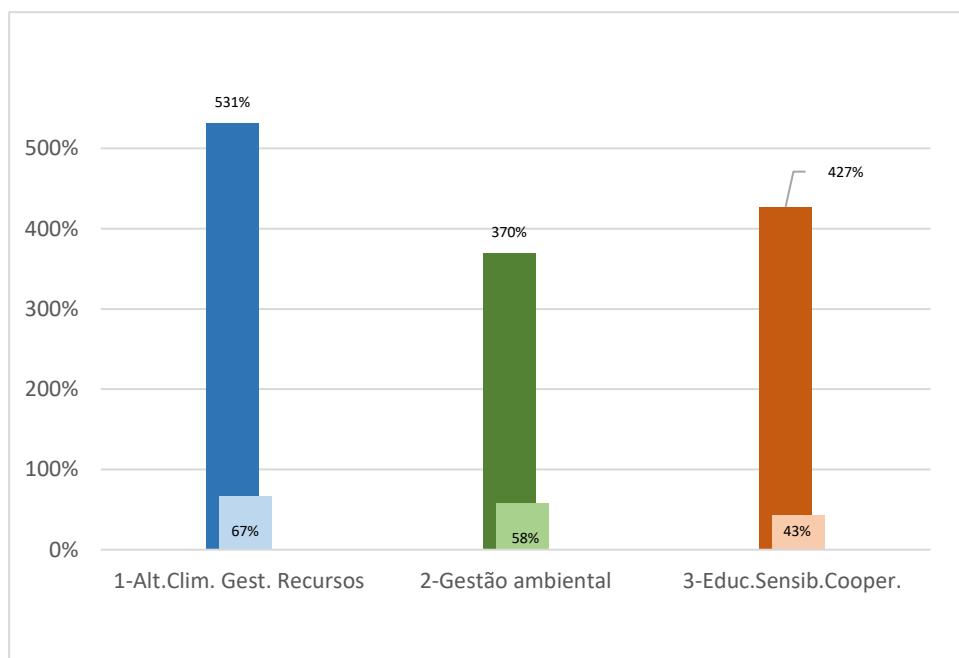


Gráfico 1 – Medidas concluídas (cor clara) e trabalho desenvolvido (cor escura) para cada um dos 3 eixos (2020-2023)

Como se pode observar, as medidas concluídas não foram suficientes para atingir os objetivos associados a cada um dos eixos; apenas se obtiveram os valores de 67%, 58% e 43%, para os eixos 1, 2 e 3 respetivamente. Estes resultados devem-se ao facto de algumas das medidas propostas terem sido parcialmente realizadas, ou não executadas por dificuldades na sua implementação.

De destacar que o trabalho desenvolvido em cada um dos eixos foi bastante superior a 100%, ainda que se tenham conseguido apenas concluir 67% das medidas no eixo 1, 58% no Eixo 2 e 43% no Eixo 3, o que demonstra que várias das medidas concretizadas foram substancialmente superadas por oposição a medidas que ficaram aquém ou não foram implementadas.

De forma a possibilitar a análise do grau de concretização das medidas por áreas de atuação, apresentam-se seguidamente os gráficos relativos aos objetivos estratégicos assim como aos objetivos operacionais.

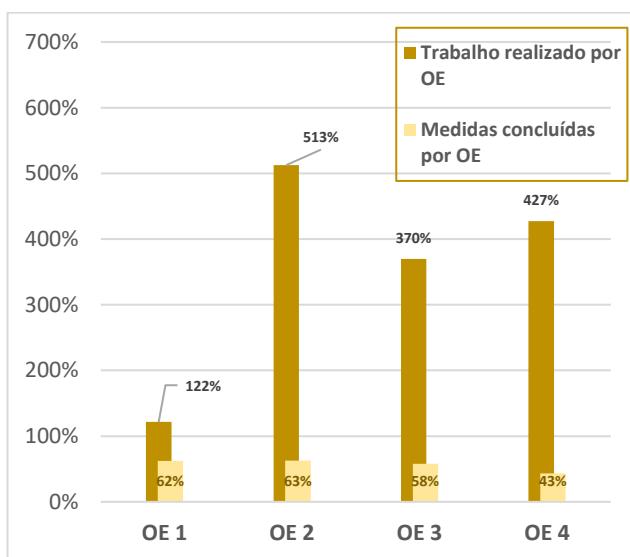


Gráfico 2 – Medidas concluídas e trabalho realizado por OE (2020-2023)

O Objetivo Estratégico (OE) 1 apresenta uma percentagem de concretização de 62%, o OE2 foi concluído em 63%, o OE3 atingiu 58% de concretização e o OE4 obteve 43%.

Percebe-se, pelo gráfico 2, que o trabalho desenvolvido foi muito superior às metas estabelecidas, chegando a ser cerca de 10 vezes superior no caso do OE4, o que denota o esforço e empenho no trabalho realizado, e se traduz na superação de várias metas, tendo poucas medidas ficado por realizar ou não sido realizadas na sua plenitude.

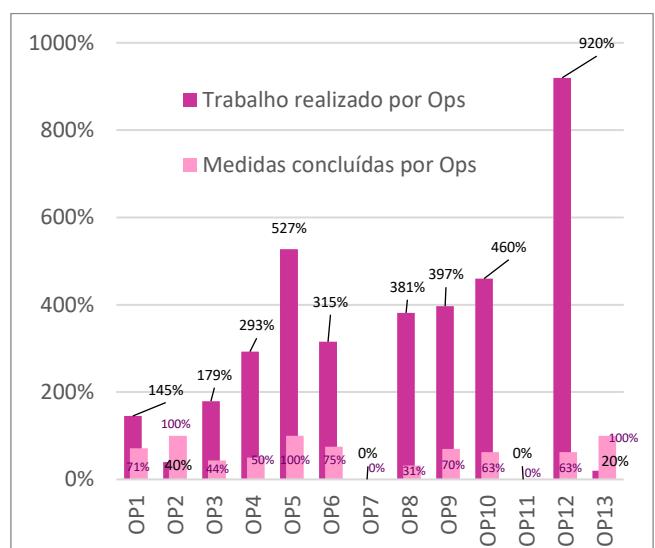


Gráfico 3 – Medidas concluídas e trabalho realizado por OP (2020-2023)

Pelo gráfico 3, verifica-se que o OP7 - *Potenciar a integração de critérios ambientais nas fases de planeamento e execução dos processos de contratação pública, incluindo os respeitantes equipamentos e infraestruturas* e o OP11 - *Colaborar com outras estruturas, entidades públicas e privadas a nível nacional e internacional para a valorização do ambiente* não apresentam medidas concluídas nem trabalho desenvolvido.

De forma a melhor entender as medidas concretizadas, as que não foram concretizadas na sua totalidade ou as que não foram atingidas durante o ciclo do Plano de Ação, apresentam-se de seguida os gráficos 4, 5 e 6 que apresentam a concretização das medidas, por respetivo eixo estratégico.

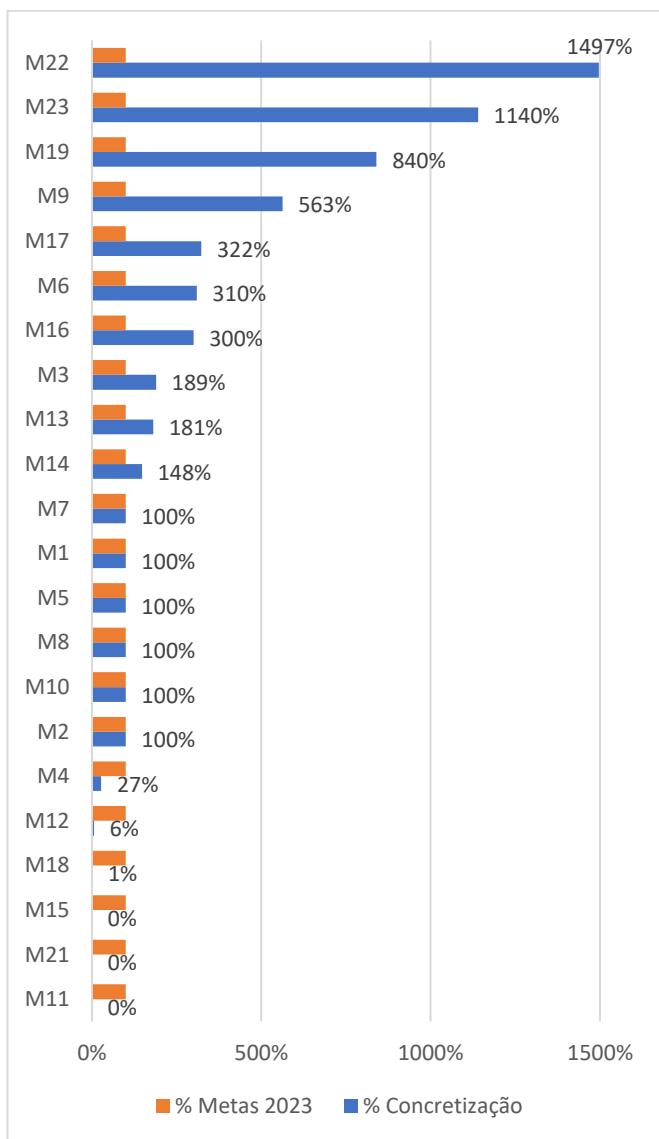


Gráfico 4 - Eixo 1: medidas vs metas e concretização (2020-2023)

Para o Eixo 1 - Alterações Climáticas e Gestão de Recursos, pela análise do gráfico 4, verifica-se que as metas foram superadas em dez medidas e concretizadas na totalidade em outras seis. Apenas as M4, M12 e M18 ficaram aquém das expectativas, e as M11, M15 e M21 não foram concretizadas.

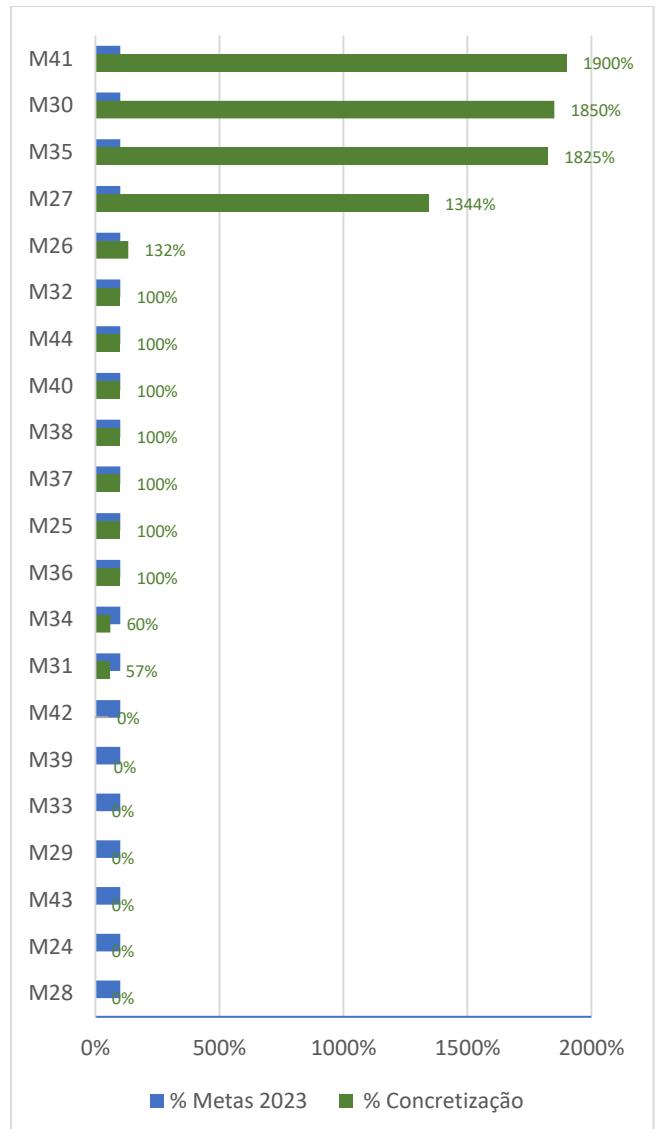


Gráfico 5 - Eixo 2: medidas vs metas e concretização (2020-2023)

Quanto ao Eixo 2 - Gestão Ambiental, denota-se, pelo gráfico 5, que das 21 medidas, cinco foram excedidas, sendo que quatro medidas apresentam grau de execução superior a 1300%, sete medidas foram concretizadas na meta desejada, duas medidas ficaram aquém e as restantes sete não foram implementadas.

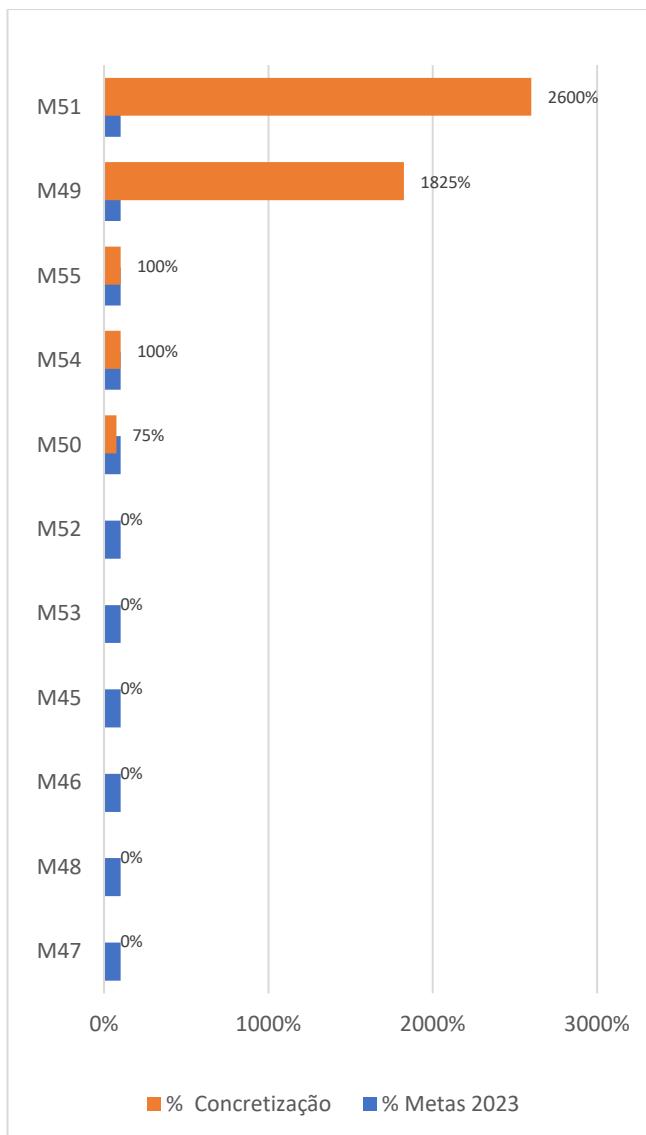


Gráfico 6 - Eixo 3: medidas vs metas e concretização (2020-2023)

Relativamente ao Eixo 3 - *Educação, Sensibilização e Cooperação*, como se pode verificar através do gráfico 6, das 11 medidas apresentadas, duas superaram a respetiva meta, duas foram cumpridas na sua totalidade, contudo, uma ficou aquém e seis não apresentam concretização.

Para uma melhor percepção do desempenho ambiental durante o ciclo de implementação do Plano de Ação (2020-2023) apresenta-se de seguida a seção da “Análise do Desempenho”

onde se demonstra o trabalho desenvolvido na prossecução das medidas que não foram concretizadas e referem-se igualmente as medidas que não atingiram as metas inicialmente previstas.

De igual forma, realçam-se algumas medidas que excederam a meta prevista com um significativo impacte na sustentabilidade ambiental.



Análise do desempenho

Como ponto prévio a esta análise, importa assinalar que os resultados apresentados no presente relatório baseiam-se numa taxa média de reporte de 8,75 entidades da Defesa, num universo de 14, sendo que em 2020 e 2023 foram obtidos reportes de 10 entidades, em 2021 de apenas 7, e em 2022 de 8, o que não retrata na totalidade o trabalho desenvolvido nesta área na Defesa.

Importa igualmente referir a dificuldade sentida na análise dos dados dado que as ações reportadas não se coadunam com o objetivo primário da medida com alguma frequência como, por exemplo, as ações de controlo de pragas e espécies invasoras. O intuito da medida era a proteção da fauna e da flora, atuando em pragas e espécies invasoras como a acácia, o jacinto de água, a lagarta processionária (lagarta do pinheiro), entre outros. Esta questão demonstra a necessidade de sensibilizar os responsáveis pelos reportes para as matérias específicas ambientais e não de saúde humana (desratizações, desbaratizações, etc.).

Outra dificuldade sentida foi o reporte de valores cumulativos, por vezes, ao invés de valores anuais, o que introduz um certo grau de erro à análise dos mesmos.

Por outro lado, e como mencionado nos anteriores relatórios, foram elencadas medidas no Plano de

Ação que constituíram um desafio à sua concretização, quer por apresentarem metas ou indicadores desadequados ou desajustados à realidade da Defesa, quer por requererem ação de entidades externas à mesma. Existem ainda medidas que na sua concretização acabam por ser uma duplicação de outra medida, como é o caso da M48 - *Divulgar boas práticas pelas unidades da Defesa* e da M54 - *Criação e publicação de uma newsletter semestral para partilha de boas práticas e projetos implementados*.

Num universo de 55 medidas, apresentam-se de seguida as que não foram concretizadas:

M15 - *Apresentar contributos para proposta de alteração legislativa referente a materiais explosivos de forma a potenciar o valor circular dos resíduos da IdD*

- Foi realizada uma reunião com a idD e encetados esforços junto da PSP para uma possível solução de rastreabilidade dos produtos explosivos de forma a possibilitar a circularidade dos mesmos. Contudo, esta medida não se concretizou porque as entidades envolvidas não deram seguimento ao assunto.

M24 - Certificar U/E/Os com EMAS e/ou ISO 14001:2015

- A Marinha demonstrou interesse em certificar a Esquadrilha de Navios de Superfície e a Força Aérea em certificar a Estação Radar 1.
- A DGRDN apoiou a Marinha com uma auditoria ao Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e a Força Aérea com formação na ISO 14001.
- No entanto, ambos os Ramos decidiram não avançar já para a certificação.

M28 - Implementar critérios ambientais na contratação pública

- Esta medida não foi concretizada de acordo com o disposto no Plano de Ação. O indicador desta medida era a elaboração de uma proposta de despacho para procedimentos de contratação pública com critérios ambientais que não foi desenvolvido devido à falta de recursos humanos.
- Contudo, a DGRDN participou no desenvolvimento dos manuais com os critérios de contratação pública ecológica no âmbito da ENCPPE 2020 e nas atividades relacionadas com o desenvolvimento do novo plano de ação da Estratégica Nacional de Compras Pública Ecológicas 2030 (ECO360).
- Foi realizada uma apresentação sobre a Estratégica Nacional de Compras Pública Ecológicas 2030 (ECO360), em sede de reunião de dirigentes, visando a sensibilização dos dirigentes da DGRDN.

M29 - Relatório com a indicação de potencial circular de resíduos da Defesa

- Dada a diversidade e especificidade de resíduos da Defesa, este trabalho revelou-se muito mais extenso que originalmente pensado. Contudo, no âmbito do potencial circular de resíduos da Defesa, a DGRDN encontra-se a desenvolver um projeto com a Universidade do Minho para reaproveitamento de fardamento.

M33 - Doar equipamentos obsoletos na organização, mas ainda funcionais a entidades

- Não foram realizadas doações entre 2020 e 2023.

M39 - Realizar campanha de análises à qualidade do ar interior para verificação de existência de fibras respiráveis de amianto

- Foi solicitado um orçamento ao Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge para realizar esta análise numa instalação da Defesa em 2022, contudo, não foi possível a sua realização por constrangimentos orçamentais.

M42 - Realizar campanhas de análise de qualidade do ar e adotar medidas de melhoria se necessário

- Esta medida não se concretizou, inicialmente devido à situação pandémica e à dificuldade de obter uma análise real pela redução de equipas de trabalho e teletrabalho, e em 2022 por constrangimentos orçamentais.

M43 - Garantir o cumprimento de orientações ambientais em exercícios NATO

- Foram realizadas reuniões com o representante da Força Aérea e com a responsável de ambiente do Comando Aéreo para coordenar o cumprimento das orientações ambientais da NATO (STANAGs) durante o exercício *Tiger Meet*. Contudo, devido à situação pandémica, o exercício *Tiger Meet* foi adiado duas vezes, tendo a nova data sido comunicada muito próxima da realização do exercício, o que impossibilitou implementar atempadamente as ações planeadas para o efeito.

M45 - Submissão de boas práticas através da inscrição na plataforma European Circular Economy Stakeholder Platform

- Esta medida de submissão de boas práticas refere-se ao Plano Setorial para a Economia Circular, documento que não foi elaborado por decisão superior, tendo essas medidas sido englobadas no Plano de Ação. Contudo, e ainda que não tenham sido submetidas na referida plataforma, as boas práticas foram divulgadas através da newsletter semestral e em formato de notícia quando considerado relevante.

M46 - PSEC disponível na European Circular Economy Stakeholder Platform

- Dado que foi decidido superiormente não elaborar o Plano Setorial para a Economia Circular, esta medida deixou de ser pertinente.

M47 - Realizar ações de sensibilização sobre economia circular

- Não foram realizadas ações de sensibilização, no entanto, a sensibilização ocorre através da partilha de boas práticas e da partilha daquilo que é discutido nos *fora* de economia circular em que a Defesa participa.

M48 - Divulgar boas práticas pelas unidades da Defesa

- Medida considerada uma duplicação da M54 - *Criação e publicação de uma newsletter semestral para partilha de boas práticas e projetos implementados*.

M52 - Realizar o Environmental Defence Summit

- O *Summit* não foi realizado inicialmente devido à situação pandémica e depois pelas questões de agenda da DGRDN que participou como coorganizadora no evento *WATER World Forum for Life*, em Reguengos de Monsaraz (2021) e no I Seminário de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, coorganizado com o município de Leiria (2022).

M53 - Criação e divulgação do Prémio Defesa Nacional e Ambiente Júnior

- Este prémio não foi instituído inicialmente devido à situação pandémica, nomeadamente nas escolas, e pelas dificuldades em regular, adaptar e direcionar ao novo público-alvo.

Quanto às medidas implementadas, mas que não atingiram a meta desejada, ou cuja concretização

se assuma de algum modo atingida, ainda que de forma diferente do esperado, estas foram:

M2 - *Elaborar projeto que contemple deteção e correção de fugas de água em U/E/O da Defesa e submeter respetiva candidatura*

- Esta medida não foi concretizada como descrita, contudo, foram apoiados pela DGRDN projetos de eficiência hídrica junto dos Ramos, incluindo na prevenção e identificação de fugas. Foram ainda pesquisadas possíveis fontes de financiamento para esta medida. Contudo, a maioria dos avisos que existem e aos quais a Defesa é elegível, focam-se em energia.

M4 - *Implementar sistemas de recolha de águas pluviais em U/E/O da Defesa*

- Esta medida foi cumprida em 27% do previsto.

M8 - *Avaliar o potencial das ETAR para a produção e reutilização de águas residuais tratadas, ao abrigo do DL n.º 119/2019 - indicação de potencial de 3 unidades da Defesa*

- O relatório da reunião (M7) foi elaborado em 2020 mas ao auscultar os Ramos para indicação de unidades para análise de potencial não foi evidenciado interesse.

M10 e M11 - *Desmaterializar processos nos serviços*

- Foram desmaterializados 73% dos processos identificados.

M12 - *Elaborar comunicações com orientações para a desmaterialização*

- Esta medida apresenta uma concretização de 6%.

M18 - *% de eletricidade utilizada proveniente de produção local*

- A eletricidade produzida para autoconsumo representa 0,74% por oposição à meta de 5%.

M20 e M21 - *Aumentar a disponibilização de bicicletas para percursos dentro das Unidades e Adquirir viaturas movidas a energias alternativas aos combustíveis convencionais*

- As metas previstas não eram ajustadas à dimensão da Defesa. Foram disponibilizadas 88 bicicletas e 39 viaturas movidas a energias alternativas.

M31 - *Assinar protocolos com instituições de solidariedade social para a redução de desperdício alimentar*

- Não foi atingida a meta prevista, mas foram assinados 29 protocolos.

M32 - *Replicar e agilizar um Sistema de Gestão de refeições nas messes/refeitórios*

- Devido à situação pandémica várias entidades implementaram sistemas de gestão/marcação de refeições em 2020 antes de se poder implementar esta medida.

M50 - *Divulgação das Lessons Learned de conferências e seminários*

- Esta medida foi cumprida em 75% do previsto.

Das restantes medidas, 15 atingiram a meta e as restantes 17 medidas superaram a meta prevista, muitas em larga escala.

Não deverão ser desvalorizados os constrangimentos decorrentes da situação pandémica de COVID19 à

prossecução das medidas que integram o Plano de Ação, que condicionaram fortemente a atuação da Defesa.

Face a estes resultados, apesar de não traduzirem o total de ações implementadas na Defesa, pela falta de entidades aqui representadas, é indiscutível o contributo da Defesa para a sustentabilidade ambiental e para a prossecução dos objetivos nacionais.

Como pontos positivos, realçam-se algumas medidas que excederam a meta prevista com um impacte significativo na sustentabilidade ambiental.



Plantados 748 ha de floresta entre 2020 e 2023



283 ações e projetos integrados de eficiência energética e 36 auditorias energéticas entre 2020 e 2023



Cerca de 1% da energia total consumida pelas Forças Armadas é produzida localmente para autoconsumo



Realizadas 76 ações de limpeza costeira entre 2020 e 2023



73 participações em conferências/seminários entre 2020 e 2023



208 ações de formação e sensibilização dos RH da Defesa Nacional entre 2020 e 2023



Assinados vários protocolos com entidades parceiras



Projetos futuros

Nas palavras de Josep Borrell, alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, proferidas acerca do tema securitário, adequam-se perfeitamente à atual situação ambiental: “As ameaças estão a aumentar e o custo da inação é evidente. [...] Se não agora, quando?”.

Com a publicação de diversas orientações estratégicas ao nível da União Europeia e da NATO, e com a necessidade sentida pela Defesa de dar resposta ao desafio das Alterações Climáticas e respetivos impactes no setor, foi elaborada e aprovada a Estratégia da Defesa Nacional para o Ambiente, Segurança e Alterações Climáticas (EDNASAC), através do despacho n.º 12427/2023 de 5 de dezembro, que revogou a Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional. Foi elaborado um Plano de Ação 2024-2027, aprovado pelo Despacho nº17/MDN/2024 de 08 de março, que prevê várias ações para dar resposta ao disposto na EDNASAC.

A Defesa Nacional continua, enquadrada nestes novos documentos estratégicos, a apoiar novas certificações de sistemas de gestão, nomeadamente certificações de sistemas de gestão de energia, pela norma ISO 50001, para além das certificações que já detém. Pretende-se continuar a apoiar igualmente projetos de eficiência de recursos ou outros que demonstrem contribuir para a componente de

sustentabilidade ambiental, assim como apoiar na procura ativa de financiamento e parcerias a este nível e na elaboração das respetivas candidaturas.

A economia circular continua a ser uma das áreas de grande potencial de atuação, estando a Defesa a integrar o Fórum de Incubação para a Economia Circular (*Incubation Forum for Circular Economy*) da Agência Europeia de Defesa (EDA) cujos subgrupos incluem, entre outros, a contratação pública ecológica, o *ecodesign* e os têxteis. Neste momento, a Defesa encontra-se a implementar o projeto colaborativo com a Universidade do Minho, relacionado com a reciclagem de têxteis, especificamente fardamento militar, numa procura de alternativa à atual solução de destino final, designado "Reciclagem e Valorização de Resíduos Têxteis Militares: Estruturas Fibrosas Avançadas para a Defesa". Nesta área da circularidade, encontra-se ainda a considerar a viabilidade de entrar como serviço piloto num projeto da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (eSPAp) para a contratação pública ecológica.

A capacitação dos recursos humanos em matérias de ambiente, continua a ser uma prioridade, estando prevista a formação de Conselheiros Ambientais para integrarem as missões no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa, como

previsto no Roteiro para as Alterações Climáticas e Defesa da União Europeia.

A cooperação a nível nacional e internacional, nomeadamente através da participação da Defesa em grupos de trabalho, como da EDA ou da NATO, ou contribuidor para a área ambiental no âmbito da política externa, como os acordos bilaterais com outras nações, é fundamental para acompanhar trabalhos desenvolvidos pelos países parceiros e, por outro lado, dar a conhecer o que está a ser feito.

Reforça-se a importância da participação em conferências e/ou seminários nacionais e internacionais sobre o tema da sustentabilidade ambiental, nomeadamente no setor da Defesa dada a sua especificidade, assim como da colaboração com a academia, centros de investigação e indústria para implementar projetos ambientais que sejam do interesse da

Defesa e para o desenvolvimento de novas capacidades resilientes e adaptadas às novas condições de operação.

Paralelamente à sua missão primordial de garantir a soberania do Estado, a independência nacional e a integridade territorial de Portugal, bem como assegurar a liberdade e a segurança das populações e a proteção dos valores fundamentais da ordem constitucional contra qualquer agressão ou ameaça externas, a Defesa continuará o seu trabalho de promoção da sustentabilidade ambiental, dos objetivos nacionais e comunitários e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 - água (ODS 6), energia (ODS 7), produção e consumo sustentáveis (ODS 12), ação climática (ODS 13), proteção da vida marinha e da vida terrestre (ODS 14 e ODS 15).



Desafios sentidos na implementação do Plano de Ação

- Falta de recursos humanos qualificados;
- Orçamento para projetos de investigação e desenvolvimento;
- Mecanismos de financiamento em que a Defesa seja elegível;
- Medidas desajustadas à realidade da Defesa;
- Mensurabilidade das medidas;
- Pandemia COVID-19.





Conclusões

Ao longo da implementação do Plano de Ação, foi percutível que, por se tratar do primeiro, existia necessidade de revisão e melhoria do mesmo. Tal deriva de medidas de difícil implementação na Defesa, medidas que dependem da ação de entidades externas ao universo da Defesa, medidas que, na sua operacionalização, constituem uma duplicação de outras, e indicadores que não traduzem na totalidade o racional da medida e que partem de um valor base que não é conhecido, podendo somente ser estimado.

Das 55 medidas com meta prevista, 15 atingiram a meta e 17 superaram a meta prevista, muitas em larga escala. As restantes ficaram aquém da meta estabelecida ou não foram implementadas pelas razões acima descritas, o que se traduz num balanço positivo com uma **concretização de 53% do Plano de Ação**. Importa referir que, ainda que existam medidas que não foram atingidas ou implementadas, foi desenvolvido muito trabalho ao longo destes 4 anos de implementação para as concretizar.

Reitera-se que os resultados apresentados no presente relatório baseiam-se numa taxa média de reporte de 8,75 entidades da Defesa, num universo de 14, sendo que em 2020 e 2023 foram obtidos reportes de 10 entidades, em 2021 de apenas 7, e em 2022 de 8, o que não retrata na totalidade o trabalho desenvolvido nesta área na Defesa. Esta falta de envolvimento das entidades constitui um ponto a fortalecer para próximas ações.

Refira-se, como ponto a melhorar para o futuro, a dificuldade sentida na análise dos dados dado que as ações reportadas frequentemente não se coadunam com o objetivo primário da medida como, por exemplo, as ações de controlo de pragas e espécies invasoras. Esta questão demonstra a necessidade de sensibilizar os responsáveis pelos reportes para as matérias específicas ambientais.

Outra dificuldade sentida foi o reporte frequente de valores cumulativos ao invés de valores anuais, o que introduz um grau de erro à análise dos mesmos.

Finda a vigência do Plano de Ação, com a publicação de diversas orientações estratégicas ao nível da União Europeia e da NATO, e com a necessidade sentida pela Defesa de dar resposta às Alterações Climáticas e respetivos impactes no setor, foi elaborada e aprovada a Estratégia da Defesa Nacional para o Ambiente, Segurança e Alterações Climáticas (EDNASAC), através do despacho n.º 12427/2023 de 5 de dezembro, que revogou a Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional. Foi elaborado o Plano de Ação 2024-2027, aprovado pelo Despacho nº17/MDN/2024 de 08 de março, que prevê várias ações para dar resposta ao disposto na EDNASAC.

A Defesa Nacional continuará, enquadrada nestes novos documentos estratégicos, a promover a sustentabilidade ambiental, a procurar novos projetos e parceiros, tentando dar resposta às novas necessidades que vão surgindo enquanto procura aumentar a resiliência da Defesa perante as questões climáticas e minimizar o seu impacte.



Direção-Geral de Recursos
da Defesa Nacional

FICHA TÉCNICA

Edição: Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN).

Avenida Ilha da Madeira, 1, 2.º e 4.º pisos, 1400-204 Lisboa | Tel.: 213 038 500 | webmail: dgrdn.gov.pt

Coordenação e redação: Divisão de Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade (DADAQ).

Email: dgrdn.ambiente@defesa.pt

Formato: digital.